

**CELSO FURTADO E O SUBDESENVOLVIMENTO
(A PROPÓSITO DA 10^a EDIÇÃO DE *TEORIA E POLÍTICA DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*)**

Clóvis Cavalcanti*

Resumo

Uma releitura do que Celso Furtado escreveu sobre o subdesenvolvimento (anos 60) mostra claramente sua atualidade. Utilizando o raciocínio estruturalista e o método histórico, Furtado chega a conclusões do tipo: “o subdesenvolvimento é ... um processo histórico autônomo”, não constituindo “uma etapa necessária ... de formação das economias capitalistas”; “a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos continuem a sê-lo”; “o desenvolvimento do século XX vem provocando uma concentração crescente da renda mundial”, com “uma ampliação progressiva do fosso entre as regiões ricas e os países subdesenvolvidos”; “o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre povos, [tendendo] a autoperpetuar-se sob formas cambiantes”; tudo isso requerendo “a tomada de consciência da dimensão política da situação de subdesenvolvimento”, com a formação de “centros nacionais de decisão válidos”.

Abstract

A new reading of what Celso Furtado wrote on underdevelopment (in the sixties) shows clearly his present relevance. Employing the structuralist approach and the historical method, Furtado arrives at such conclusions as: “underdevelopment is ... an autonomous historical process”, therefore it does not constitute “a necessary stage in the formation ... of the capitalist economies”; “the only visible tendency is for the underdeveloped countries to remain so”; “twentieth-century development has provoked a growing concentration of world income”, with “a progressive amplification of the gulf between the rich regions and the underdeveloped countries”; “underdevelopment is the manifestation of complex relations of domination-dependence among peoples, and tends to self-perpetuate under changing forms”; all this requires that one takes “conscience of the political dimension of the situation of underdevelopment” with the formation of “national centers for valid decisions”.

* Economista ecológico, pesquisador social e Superintendente do Instituto de Pesquisas Sociais – INPSO da Fundação Joaquim Nabuco. Conselheiro Editorial do OBSERVANORDESTE. E-mail: <clovati@fundaj.gov.br>.

Falar de Celso Furtado e o subdesenvolvimento – um tema que, a propósito, sempre me interessou desde meu tempo de estudante – remete necessariamente a dois dos livros fundamentais desse economista nordestino para a compreensão do problema. Livros irmãos, de fato, um continuado no outro: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961) e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (São Paulo: Paz e Terra, 2000. 10^a edição, revista pelo autor), este último publicado pela primeira vez em 1967 pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, de que foram ainda as oito seguintes edições. Na verdade, toda a importante contribuição de Furtado como analista dos problemas de nossa época, em sua vasta obra, seja nos livros, seja nos artigos, seja nas conferências, seja até nas memórias, seja enfim em tudo que tem produzido, constitui uma reflexão profunda sobre os problemas do chamado desenvolvimento econômico. Isto está dito, inclusive, na introdução de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (p. 11), quando Furtado salienta que todo seu trabalho intelectual de 1951 a 1961 perseguiu o objetivo de “encontrar caminhos de acesso à inteligência dos problemas específicos do subdesenvolvimento econômico”. É conveniente ressaltar que o contexto em que a ciência econômica evoluía então só aos poucos estava se encaminhando para a questão da mudança econômica nos países atrasados, dominada que fora até essa época pelo modelo microeconômico da análise da formação dos preços e do equilíbrio dos mercados, com uma recente tendência, pós-Grande Depressão, de análise macroeconômica. Esta última, no rescaldo dos anos 30, tinha como foco o combate ao desemprego ou a busca do pleno emprego. Sua perspectiva era de curto prazo – a perspectiva da política anticíclica, da política compensatória das oscilações na conjuntura (ou dos ciclos econômicos).

Quer na microeconomia, de inspiração marshalliana¹, quer na teoria macroeconômica, formulada a partir de John Maynard Keynes, o centro de interesse do estudo era a explicação da realização de um equilíbrio de natureza estática, no qual a variável tempo se riscava do mapa. A novidade do pensamento que estimulava Furtado nos meados dos século XX era uma preocupação com a dinâmica de longo prazo, com as transformações de natureza macro que se estavam operando nos sistemas sociais ao longo do tempo e que empurravam a economia para longe do equilíbrio. A análise macroeconômica de curto prazo, com efeito, raciocina – para a consecução do pleno emprego – com uma situação em que não existe formação líquida de capital. Na teoria do desenvolvimento, vai-se buscar explicação precisamente para os mecanismos que levam ao aumento contínuo do capital fixo, dando origem a incrementos persistentes da renda ou produto, global e *per capita*. Esse era um campo novo, especialmente para o estudioso que se debruçasse sobre o assunto, como acontecia com Furtado, da

¹ Por referência a Alfred Marshall, cujo livro *Principles of Economics* (de 1890) é o fundamento da análise microeconômica ainda hoje.

perspectiva dos países subdesenvolvidos². Pouca gente, até então, se aventurara nessa busca de compreensão para um problema que passava a assumir grandes proporções, na medida em que, depois da Segunda Guerra, os horizontes de conhecimento se ampliavam e tornava-se insuportável o hiato que separava – como, infelizmente, acontece ainda hoje, e até em proporções mais chocantes que há cinquenta anos – as nações ricas das pobres. Um livro, publicado em 1958, *The Economics of Underdevelopment*, organizado pelos indianos A. N. Agarwala e P. S. Singh (Oxford: Oxford University Press), constitui uma das novidades no campo em formação, reunindo trabalhos de economistas que, nesse momento, se destacavam pela abertura de novos caminhos para o entendimento do problema. A obra é um clássico da literatura do desenvolvimento, incluindo autores como W. Arthur Lewis, que depois recebeu o Prêmio Nobel de Economia, Paul Rosenstein-Rodan, Simon Kuznets, outro ganhador do Nobel, etc., além do jovem Celso Furtado. Mas o volume, compreendendo 21 capítulos, é dominado por autores originários de países desenvolvidos, com cinco apenas dos subdesenvolvidos.

Respalhado por seu conhecimento da economia clássica, que impunha a disciplina metodológica, “sem a qual logo se descamba para o dogmatismo”³, do marxismo que utilizava em vários de seus raciocínios e da obra de Keynes, então em plena utilização nos meios acadêmicos menos ortodoxos e mesmo nos ortodoxos, Furtado pôde ainda se valer dos ensinamentos de Raúl Prebisch, com suas idéias das relações centro-periferia, e do grupo de que participara e que aquele liderava na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) – a chamada “escola estruturalista”, um dos movimentos mais criativos do pensamento econômico periférico⁴ –, com seu enfoque estrutural dos problemas econômicos. Para chegar até esse patamar de sua reflexão, Furtado procurou aproximar – originalidade sua – a análise econômica do método histórico, numa tentativa de compreensão de problemas similares enfrentados por economias atrasadas em contextos históricos e nacionais diversos, mas com especificações próprias de cada estrutura. Essa perspectiva constituía, além da novidade que trazia, uma forma de procurar saídas para os desafios do desenvolvimento nos países periféricos, países colonizados ou simplesmente de baixos níveis de renda *per capita*, desafio esse que Furtado sintetizava na necessidade de “explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social”⁵. O núcleo da tese de Furtado, nesse marco, é o *da nítida dimensão histórica do fenômeno do desenvolvimento econômico*, junto com a necessidade de uma teoria sobre tal

² Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (abreviadamente *DS*), ressalva Furtado, explicitamente, adotar “um ponto de vista de economista de país subdesenvolvido” (p. 14), uma ótica do Sul, no jargão atual.

³ *Idem*, p. 13.

⁴ Ver o Prefácio de FURTADO, Celso, *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974), p. 13.

⁵ *DS*, p. 19; *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (2000) (abreviadamente, *TPDE*), p. 15. Já em 1952, Furtado, no trabalho “Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico”, publicado depois como “Capital Formation and Economic Development”, in AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. (orgs.), *The Economics of Underdevelopment*, Oxford, Oxford University Press, 1958, pp. 309-337, caracterizava o desenvolvimento econômico como o aumento contínuo da produtividade do trabalho (p. 316).

fenômeno *justificada pelo conhecimento da realidade* – e não por uma formulação abstrata geral – e pela capacidade de se atuar sobre essa realidade. Dentro de tal perspectiva situa-se sua afirmação de que “[o] subdesenvolvimento é ... um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”⁶ – afirmação de 1961 endossada integralmente no ano 2000 e que, em ambas as datas, se apresenta ainda sob a versão de que “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas”⁷.

Partindo de um confronto dos dois pólos da dicotomia do título de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* – essência do livro, na verdade –, Furtado elabora seu objeto de estudo para, na edição de 2000 de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, como nas anteriores, entrar mais a fundo nos termos dessa dicotomia. Assim, *TPDE* se divide em cinco partes. A primeira delas trata da teoria do desenvolvimento na ciência econômica, abordando de forma breve – mas que procura entrar de modo crítico no fundamental de cada um – desde o pensamento dos economistas clássicos (com ênfase em Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill) até Karl Marx, os neoclássicos A. Marshall, G. Cassel e N. Senior, Joseph Schumpeter e os keynesianos Alvin Hansen, R. F. Harrod, Evsey Domar e Nicholas Kaldor. Não há referência no livro, porém, aos neoclássicos mais recentes, com seus modelos de perfeita substituibilidade de fatores e de primazia do progresso técnico, tais como Robert Solow, James Mead, Trevor Swan, James Tobin, Edmund S. Phelps e outros, aparentemente porque esses modelos seriam de crescimento e teriam pouca validade explicativa para o caso dos países subdesenvolvidos e sua dualidade estrutural. Valioso apêndice metodológico, sobre estruturas e modelos na análise econômica, acompanha a primeira parte de *TPDE*, incluindo uma abordagem do pensamento estruturalista latino-americano e sua diferenciação da escola estruturalista francesa. Trata-se de uma demonstração da importância dos aspectos não-econômicos no estudo do desenvolvimento econômico, sobretudo no que toca aos processos históricos, às realidades sociais e ao aprofundamento “na compreensão do comportamento dos agentes econômicos a partir de contextos perfeitamente definidos” (p. 98), ótica que constitui o toque original da contribuição dos estruturalistas à teoria do desenvolvimento.

Na segunda parte de *TPDE*, que trata do enfoque analítico do processo de desenvolvimento, Furtado – elaborando seu raciocínio de economista crítico – começa mostrando de que forma se transformam o que chama de “conjuntos econômicos complexos” (as economias nacionais, *v.g.*, cuja complexidade estrutural se manifesta numa diversidade de formas sociais e econômicas). Estaria aqui, nesta transformação, que implica também crescimento, o sentido do desenvolvimento econômico. Desenvolver, portanto, na visão de Furtado, aparece como crescimento acompanhado de mudanças estruturais⁸, que são alterações

⁶ *DS*, p. 180; *TPDE*, p. 197.

⁷ *DS*, p. 191; *TPDE*, p. 203.

⁸ Segundo Celso Furtado, “o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a” (*TPDE*, p. 102).

“nas relações e proporções internas do sistema econômico” (p. 103), desatadas pelo processo de acumulação de capital e pelas inovações tecnológicas. Atualmente, discute-se bastante a questão dos limites do crescimento – ou das taxas sustentáveis de crescimento (por um tempo determinado, pois *ad infinitum* não faz sentido falar de expansão)⁹. Em *TPDE*, Furtado não trata da questão. O assunto, porém, não lhe é estranho, haja vista que em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (p. 19), obra de 1974, e não da década de noventa, Celso Furtado mostra “que o sistema econômico entraria necessariamente em colapso”, se o desenvolvimento econômico chegasse efetivamente a universalizar-se. E a razão para isso residiria no fato, por ele salientado nesse mesmo livro (p. 20) e que os economistas ainda hoje teimam em menosprezar, de que a “criação de valor econômico tem como contra-partida processos irreversíveis no mundo físico, cujas conseqüências tratamos de ignorar”. Como sua análise em *TPDE* é do *mecanismo* desse processo, o mestre e acadêmico paraibano não trata aí do assunto dos limites, preferindo antes identificar a natureza do mecanismo, que tenta desvendar. Assim, ainda na segunda parte do livro, aborda aspectos quantitativos do desenvolvimento econômico, examina a interação entre decisões e estruturas (com ênfase em contribuições como as de Albert Hirschman e François Perroux ao assunto) e expõe didaticamente o esquema macroeconômico do desenvolvimento, com espaço aqui para explicação da formação do “poder econômico”. Este último seria a capacidade de alguns grupos, que ganham com o processo (empresários inovadores, por exemplo, ou trabalhadores com alta demanda de seus serviços), “de modificar a conduta previsível de outros agentes, ou de alterar relações estruturais de forma a frustrar as expectativas de outros agentes” (p. 141).

Um tratamento em perspectiva histórica do processo de desenvolvimento é no que consiste a terceira parte do livro. Furtado faz aqui muito bem o que lhe parece satisfazer como método de análise, ou seja, combinar o enfoque econômico com fatores históricos, na busca de padrões e relações que mostrem de que maneira evolui no tempo a realidade dos “conjuntos econômicos complexos”. Sua perquirição começa com o exame de concepções à base de fases – ou concepções faseológicas – do desenvolvimento, das quais as mais famosas são a de Marx e a do historiador econômico americano W. W. Rostow. Furtado refere-se de início a F. List e sua visão, de 1844, da evolução do estágio da escravidão ao do pastoreio, à agricultura, às manufaturas e ao comércio. Vai daí a Marx e sua sucessão de fases desde o comunismo primitivo ao capitalismo, atravessando a escravidão e o feudalismo, a que a análise marxista agrega um esforço explicativo do que seria a passagem necessária de uma forma à outra. Após referência breve ao economista e grande elaborador de estatísticas Colin Clark, Furtado chega à concepção de Rostow das “etapas do crescimento”, que iriam da sociedade tradicional, estagnada, a uma fase de transição – ou de preparação para o arranco –, à decolagem para o crescimento auto-sustentado (o famoso “*take-off*”), à marcha para a maturidade e à etapa do consumo em massa. Sem ser propriamente uma concepção faseológica, a do grande economista

⁹ Cf., por exemplo, DALY, Herman, *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*, Boston, Beacon Press, 1996.

argentino Raúl Prebisch, da “coexistência de um *centro*, que comanda o desenvolvimento tecnológico, e uma vasta e heterogênea *periferia*” (TPDE, p. 152), marginal ao sistema, é considerada pelo que propicia para identificação de relações que estariam na base da concentração de renda em escala mundial. Esta visão de Prebisch, de fases coetâneas, permitiria compreender, segundo Furtado, por que não existe tendência inevitável à passagem de um estágio qualquer de progresso para outro supostamente superior. Furtado conclui (p. 153) com a afirmativa de que “a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos continuem a sê-lo”. O autor examina ainda as formas históricas assumidas pelo desenvolvimento, salientando a questão do excedente econômico, de sua criação, apropriação e utilização como elementos básicos de constituição do processo. Outros pontos inquiridos na terceira parte do livro são o advento da burguesia européia, a nova economia urbana e o *laisser-faire* e o corporativismo (ou o sistema de regulação estrita que imperava na economia das cidades). Furtado se detém igualmente na transformação do capitalismo comercial em industrial e no que isso significou não somente para a economia, mas também para um novo horizonte de cultura. Esta parte do livro finaliza com um exame de dados quantitativos de longo prazo – especialmente com respeito aos países industrializados –, contendo considerações sobre o ritmo de evolução da economia européia pré-industrial desde a Idade Média. O arremate de Furtado é a afirmativa de que a experiência mostra que “o desenvolvimento do século XX vem provocando uma concentração crescente da renda mundial” (p. 191).

Na quarta parte de TPDE, intitulada “O Subdesenvolvimento”, está, a meu ver, a maior contribuição de Celso Furtado não apenas ao livro, mas ao próprio estudo do desenvolvimento. É aqui que se revela, de fato, com mais vigor, o enfoque estruturalista empregado pelo autor, que procura esmiuçar a questão da formação histórica do subdesenvolvimento, mostrando de que maneira espalhou-se heterogeneamente o dinamismo europeu ocidental para o resto do mundo, de que resultou, nas regiões já ocupadas, a criação de estruturas sócio-econômicas *dualistas*¹⁰, diferentemente do que ocorreria nas regiões vazias (como Austrália e Nova Zelândia). É dessa ótica que decorre a verificação do fenômeno do subdesenvolvimento, segundo Furtado, como “um processo histórico autônomo” (p. 197), como um processo estrutural associado ao desenvolvimento e responsável por um “capitalismo bastardo” (pp. 198 *et seqs.*). O próprio subdesenvolvimento é heterogêneo do ponto de vista estrutural, apresentando-se “sob formas várias e em diferentes estágios” (p. 203), com uma fase superior, em que aparece um núcleo industrial diversificado. Dessa discussão, Furtado passa à apreciação das características estruturais do subdesenvolvimento, fornecendo uma descrição esquemática do fenômeno e mostrando as contribuições de W. Arthur Lewis e Ragnar Nurkse (com a tese das poupanças “ocultas”) a sua compreensão. A idéia do dualismo é trabalhada, ficando claro que “o que [o] caracteriza é exatamente a interdependência dos dois modos de produção”, responsável pela “tendência à perpetuação dos elementos pré-capitalistas” do

¹⁰ Estruturas em que “um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura pré-capitalista” (TPDE, p. 199). No seu caso extremo, “inexiste o mínimo de articulação necessária para que se configure um *sistema econômico*” (*id.*, p. 198).

sistema (p. 219). Furtado refere-se aos amplos debates quanto à significação do conceito entre os estudiosos do desenvolvimento, mostrando ainda sua relação com o “sistema de relações internacionais que engendra o fenômeno da *dependência*” (p. 219). Este último é objeto de uma inspeção mais detida, no livro, em termos das relações centro-periferia e das fases do desenvolvimento dependente. Tratando ainda dos problemas suscitados pela agricultura e do papel do comércio exterior e da industrialização na transformação das estruturas dualistas, Furtado conclui por mostrar “que o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre povos, e que tende a auto-perpetuar-se sob formas cambiantes” (p. 265), requerendo, para sua superação, a formação de “centros nacionais de decisão válidos”, ou seja, “a tomada de consciência da dimensão política da situação de subdesenvolvimento” (*id.*). Um apêndice contendo uma abordagem das teorias marxistas do “capitalismo imperialista” (Rosa Luxemburgo, R. Hilferding e V. I. Lênin) é acrescido à quarta parte do livro.

Finalmente, na quinta e última parte de *TPDE* surge a discussão sobre política do título da obra. Não se espere encontrar aqui uma receita, um elenco de medidas preconizadas ou mesmo uma resposta à constatação, no final da parte anterior do livro, da tomada de consciência política que está contida no enfoque estruturalista do problema. O que Celso Furtado faz é dar referências, mapear coordenadas, desenvolver raciocínios que podem auxiliar na concepção de uma política ou de políticas de desenvolvimento. Assim, ele começa falando da questão da coordenação das decisões econômicas, considerando tanto a forma descentralizada do mercado quanto a da coordenação centralizada, que seria a essência do que se chama política econômica. Para isso fica ressaltada a importância de modelos como instrumentos de racionalidade no condicionamento da evolução das variáveis econômicas e como forma de se estabelecer certo grau de coerência na formulação da política. A questão da mudança das estruturas é examinada, fazendo-se referência aqui à estratégia do “desenvolvimento equilibrado”, de Rosenstein-Rodan (que lhe deu o nome de *“big push”* ou “grande empurrão”) e Nurkse, admitida também por Prebisch, em que transformações são contempladas através da industrialização e do investimento simultâneo em vários outros setores da economia, num ataque maciço. Furtado considera que a estratégia dos “pólos de crescimento”, de Perroux, tão discutida nos anos sessenta, possui o mesmo significado da proposta de Rosenstein-Rodan, abrindo espaço para as considerações de Albert Hirschman, da dificuldade concreta de operacionalizar-se um grande empurrão. Dois problemas que aparecem na adoção de políticas de desenvolvimento, sobretudo na experiência da América Latina, o da tendência à estagnação e o da tendência ao desequilíbrio externo, são tratados através do enfoque das causas estruturais de Furtado, que se refere, neste particular, à insuficiência da doutrina do FMI para a superação do desequilíbrio externo bem como às limitações da política econômica de caráter monetarista. Dois pontos derradeiros tratados, no âmbito da política de desenvolvimento e com respeito a um contexto mais global do processo, são o da integração regional – para aproveitamento de economias de escala – e o do dualismo estrutural em escala planetária. O último ponto, em sintonia com outras passagens do livro e a visão do autor, diz respeito à polarização desenvolvimento-subdesenvolvimento, que se

refletiria em “uma ampliação progressiva do fosso entre as regiões ricas e os países subdesenvolvidos” (p. 338), que estaria ocorrendo como atributo do processo de desenvolvimento. Para enfrentá-la, Furtado dá fecho ao volume propondo algumas linhas de um programa de reestruturação da economia global – o que não tem nada a ver com a globalização de hoje.

Lido na moldura dos fatos econômicos atuais – de uma dinâmica nova, especialmente no que tange à natureza dos mercados globalizados, à velocidade das transações financeiras (com seus capitais perigosamente voláteis), ao uso da tecnologia da informação, aos processos de desregulamentação, às ondas de privatizações e abertura de mercados –, *TPDE* pode dar a impressão de que é um livro datado. Ele tem, com efeito, a aura dos estudos pioneiros do desenvolvimento econômico das décadas de cinquenta e sessenta. Só que a impressão é falsa, na medida em que livros como *The Wealth of Nations*, de Adam Smith, *On the Principles of Political Economy and Taxation*, de Ricardo, *Principles of Political Economy*, de Stuart Mill, *The Goal of Economic Growth*, de Edmund S. Phelps, *The Strategy of Economic Development*, de Albert Hirschman, ou *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, de Nurkse, publicados em datas diversas desde o século XVIII, jamais perdem atualidade. O livro de Furtado analisa estruturas, identifica relações, esquematiza processos, vai atrás de traços característicos da realidade do subdesenvolvimento, expõe enfim um modelo de estudo que privilegia fatores históricos e estruturais para mostrar de que forma certas economias, apesar do esforço que empreendem, não conseguem ingressar em uma trajetória firme de genuíno desenvolvimento econômico. O esforço é gigantesco, hercúleo e produz um resultado que não agride a inteligência. Muito ao contrário, provoca-a com um método cartesiano de exposição, próprio de alguém que se educou na tradição da racionalidade francesa. A obra que resulta do esforço de Furtado não é um tratado definitivo de nada, até porque o autor, no prefácio (p. 11), demonstrando perfeita consciência disso, afirma que teve em mira “ajudar o leitor a obter uma percepção dos processos econômicos observados do ângulo das transformações no tempo dos ... sistemas econômicos nacionais”. Esse propósito é plenamente alcançado. A leitura de *TPDE* instiga a pensar, levando a quem a faz a procurar compreender de que forma o livro pode ajudar nas iniciativas de mudar essa realidade frustrante, de um mundo que não consegue vencer o subdesenvolvimento – tendendo, na verdade, a perpetuá-lo ou, perversamente, a realizar o que denomino de *subdesenvolvimento sustentável*. Neste sentido, é mais do que adequada a epígrafe usada por Furtado na abertura de *TPDE*, do grande poeta espanhol – tanto de sua admiração, como também o é da minha – Juan Ramón Jiménez, Prêmio Nobel de Literatura de 1948, “*Pie en la Patria, casual / o elegida; corazón, cabeza, / en el aire del mundo.*”